

EM REGIME DE COLABORAÇÃO: SEGURANÇA NACIONAL E GÊNERO EM CARTAS À CENSURA NO BRASIL DOS ANOS 1970

UNDER THE COLLABORATION: NATIONAL SECURITY
AND GENDER IN LETTERS TO CENSORSHIP IN BRAZIL
DURING THE 1970S

Ana Rita Fonteles Duarte

Universidade Federal do Ceará - UFC

Correspondência:

Programa de Pós-Graduação em História -UFC.

Av. da Universidade, 2762 - Benfica, CEP 60.020-180 - Fortaleza CE

E-mail: anaritafonteles@uol.com.br

Resumo

Este artigo procura pensar os preceitos morais e identidades de gênero presentes na Doutrina de Segurança Nacional e de que forma eles se cruzam ou são apropriados pelas cartas enviadas por pessoas comuns à Divisão de Censura de Diversões Públicas, do Ministério da Justiça, durante os anos de 1970, no Brasil, quando as regulamentações em torno da censura aos veículos de comunicação, especialmente os audiovisuais, se estabelece como forma de preservar a moral e os bons costumes, pós AI-5.

Palavras-chave: Ditadura; Gênero; Censura.

Abstract

This article looks for to think the moral rules and sort identities gifts in the Doctrine of National Security and of that it forms they are crossed or they been appropriate for the letters sent by common people to the Division of Censorship the Public Diversions, of the Ministry of Justice, during the years of 1970, in Brazil, when the regulations around the censorship to the communication vehicles, especially the audiovisuals, if establish as form to preserve the moral and the good customs, after AI-5.

Keywords: Dictatorship; Gender; Censorship.

“O comunismo começa não é pela subversão política. Primeiro, ele deteriora as forças morais para que enfraquecidas estas, possa dar seu golpe assassino. Viva o Brasil”¹. Este trecho faz parte de carta endereçada ao ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, no Brasil, no ano de 1972, pelo padre Hermenegildo Adami Carvalho, da cidade de Conselheiro Lafaiete em Minas Gerais. A missiva faz um apelo ao ministro para que leia o boletim quinzenal da paróquia, *A Mensagem*, enviado, em anexo, enfatizando a leitura da primeira página cujo texto principal intitula-se *O mundo moderno conspira contra a sua fé*. O artigo reitera a preocupação da Igreja Católica com o que seria o “mau uso” dos meios de comunicação social e faz um relato sobre o conteúdo veiculado pelo cinema, em especial o nacional, revistas e periódicos, programas de televisão, de diversos formatos, que representariam uma “luta” contra a moral dos cristãos cabendo a estes a necessidade de estar alertas para defender-se dos ataques constantes à sua fé.

A carta foi uma das cerca de 200 encaminhadas à Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP)², do Ministério da Justiça, durante a ditadura militar, especialmente após o ano de 1970, quando o Decreto Lei n.1077, de 22 de janeiro, inseriu no artigo 153, da Constituição de 1967, a censura prévia aos meios de comunicação, ficando proibidas as publicações e manifestações contrárias à moral e aos bons costumes que pusessem em risco à segurança nacional.

Autores como Carlos Fico³ frisam a importância de distinguir entre esse tipo de censura e aquela realizada à imprensa, uma vez que a censura moral nunca deixou de existir no Brasil e durante a ditadura era legalizada, ao contrário da censura à imprensa que era “revolucionária”, destinada ao estado de sítio, embora tenha ocorrido durante todo o regime, mesmo que de forma não assumida. Importante salientar que, nesse artigo, compreendem-se as duas censuras como políticas, uma vez que a censura moral articula-se plenamente com preceitos da Doutrina de Segurança Nacional que embasou diversas ações do regime. Além do que, a partir do AI-5, em 1968, o veto a menções políticas contrárias ao regime em produções culturais foi observada no trabalho da Divisão.

As missivas, encaminhadas à DCDP, não vinham apenas de autoridades e congregações religiosas. Chegavam também de associações de profissionais como enfermeiros, médicos, delegados, militares, além de pessoas comuns como profissionais liberais, vizinhos de bairro, professores, servidores públicos, donas de casa e até mesmo adolescentes.

¹ Boletim enviado ao Ministro da Justiça, encaminhada à DCDP, de 18 de agosto de 1972, Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil”, Caixa1.

² A DCDP não foi criada pela ditadura militar, mas ainda no ano de 1946, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra pelo Decreto n° 20.493.

³ FICO, Carlos. “Prezada Censura”: Cartas ao Regime Militar. *Topoi*. n.5. Rio de Janeiro: UFRJ. Julho-dezembro de 2002.

Na maior parte das cartas, escritas à mão ou em máquina, uma preocupação estava presente: o que se convencionava chamar de “degradação moral”, tipificada em ameaças à família, exibições de “erotismo” ou “pornografia”, “sexo livre” ou “liberdades”. Dois grupos especialmente eram considerados alvos fáceis, carentes de maior preocupação e atenção por parte do Governo e dos cidadãos diante do que seriam os ataques à moral e aos bons costumes: as mulheres e os jovens, suscetíveis aos discursos e às influências não consideradas “sadias”.

As cartas trazem reclamações sobre películas em exibição nos cinemas ou cenas específicas de filmes passados na TV, capítulos de novelas cheios de “beijos indecentes”, acontecimentos em programas de auditório, reportagens de revistas que tratam de temas considerados “inconvenientes” ou “imorais”, entrevistas “picantes” de personalidades. Não se trata, no entanto, apenas de queixas feitas por essas pessoas, mas de pedidos de tomadas de providências à Presidência da República, ao Ministério da Justiça, esclarecimentos à Polícia Federal sobre o que seria feito. Os pedidos de veto e investigação eram encaminhados à DCDP, muitas vezes acompanhados de documentos e/ou recortes de jornais em anexo, além de abaixo-assinados, numa clara demonstração de colaboração e partilha da vigilância realizada pelo regime, ação que nos faz pensar sobre o argumento de alheamento ou resistência como comportamento primordial das camadas médias da sociedade brasileira, naquele momento, como disseminado por uma produção memorialística importante sobre o regime⁴.

Para compreender essas formas de colaboração e cobrança por parte de setores da sociedade civil é necessário pensar num contexto em que as questões morais são também consideradas questões políticas ou de Estado. Observar o comportamento de homens e mulheres não só nos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação, portanto, constitui-se em estratégia de defesa da segurança nacional, num clima de guerra total e permanente⁵, com o estabelecimento de discursos sobre o que se esperava de homens e mulheres, a exemplo do que fez a Escola Superior de Guerra (ESG), principal centro formador de lideranças do regime, ao explicitar a Doutrina de Segurança Nacional, em seus manuais destinados a cursos em que militares e civis tomavam parte.

⁴ Ver REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). *O golpe militar e a ditadura 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Sp, Edusc, 2004.

⁵ As forças militares foram, nesse contexto, dotadas de poderes praticamente ilimitados sobre a população e os aparelhos de segurança e informações agiam de forma preferencialmente violenta, com táticas de guerra e métodos desumanos. Todos eram suspeitos até prova do contrário. A ação faz apontar o caráter da ditadura brasileira como de guerra “interna”, “total” e “permanente”, uma vez que fatores possíveis eram colocados à disposição de defensores do regime, inclusive desrespeito a leis ou criação de legislação arbitrária, tortura, mortes, desaparecimentos, vigilância. Ver PADRÓS, Enrique Serra. *Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas*. IN: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAÚJO, Maria Paula e QUADRAT, Samantha Viz (orgs). *Ditadura e democracia na América Latina. Balanço Histórico e Perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

Esses discursos, mais que prescritivos, ao longo da consolidação do regime, foram se tornando normativos e redundaram em políticas públicas, leis e imposições de conduta nos campos da educação e da cultura, por exemplo, configurando o que chamamos de mobilizações de gênero feitos pelo regime pós-1964. Compreende-se aqui que as instâncias repressoras, por mais que tenham sido criadas com a tentativa de dar suporte a um Estado centralizador e forte não eram homogêneas, atuando em afinada sintonia, mas interessa pensar os pontos de contato dessas políticas e discursos com a Doutrina que embasaria o regime, percebendo as formas pelas quais foi apropriada, evitando-se, no entanto, a ideia de uma continuidade lógica.

Antes que se passe à análise de algumas cartas enviadas à Divisão de Censura de Diversões Públicas, integrantes do Fundo DCDP do Arquivo Nacional em Brasília, faz-se importante pensar sobre a natureza das mobilizações do gênero.

Mobilizando o gênero

Como em outras “guerras totais”, as forças promotoras da ditadura brasileira mobilizaram pessoas para apoio à causa, pelas identidades de gênero⁶, ainda antes da consumação do Golpe, em 31 de março de 1964⁷.

De acordo com Rezende⁸, o regime ditatorial implantado em 1964, no Brasil, articulou, via movimento militar, a formulação de um sistema de valores de suposta “intenção democratizante” que deveria permear todas as ações postas em prática. A busca pelo reconhecimento de suas ações passava por uma disposição para proteger e desenvolver valores relacionados à família, à escola, à propriedade, entre outros.

É nesse sentido que procuramos entender a estratégia de mobilização nacional também como uma mobilização de identidades de gênero, a fim de estruturar e legitimar o regime militar. A Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949, no âmbito

⁶ Partilho do conceito de identidade não como algo fixo e imutável, ligado à essência do sujeito, mas como ponto de encontro entre discursos e práticas que tentam nos interpelar, falar ou convocar para assumir lugares como sujeitos sociais, em discursos determinados, e processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode falar. As identidades são assim pontos de apego, de caráter temporário, posições de sujeito construídas pelas práticas discursivas para nós. HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu de (org). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. 8 ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2000, p.111-112. O gênero, como categoria de análise, neste projeto, é compreendido como construção cultural que estabelece diferenças entre os sexos, codificando e distribuindo o poder entre homens e mulheres com atribuições específicas destes. CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre. *Annales de Bretagne et des Pays de L'Ouest*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, tome 108, número 2, 2001, p.104.

⁷ As maiores manifestações em contraposição ao governo de João Goulart, taxado de “comunista”, foram organizadas por grupos liderados por mulheres como a Campanha da Mulher pela Democracia (Guanabara), a União Cívica Feminina (São Paulo), a Liga da Mulher Democrata (Minas Gerais) e a Cruzada Democrática Feminina (Pernambuco), patrocinadas por entidades civis e associações de classe e grupos militares pró-golpe. A participação das mulheres, através da criação de diversas entidades de caráter anticomunista por todo o País, foi decisiva nas mobilizações que levaram ao Golpe.

⁸ REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil – repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)*. Londrina: Editora Uel, 2001, p. 38.

da Guerra Fria e ligada ao Ministério da Defesa, tornou-se durante a ditadura pós-1964, o principal centro de elaboração e disseminação de um pensamento acerca da segurança nacional e das formas de combater ameaças ao projeto implementado numa parceria entre militares e civis. Seus criadores tiveram como objetivo, desde o início, o reforço de sua posição no aparelho de Estado, por meio da realização de estudos sigilosos e circunscritos a grupos pequenos, além de almejar a mobilização política das elites⁹.

Não se preocupava, no entanto, apenas com a formação de altos oficiais, incluindo civis em seu quadro permanente como professores ou convidados, alunos, conferencistas. Entre 1950 e 1967, 50% de seus alunos eram civis, vários ocuparam postos importantes no regime em instituições políticas e econômicas brasileiras. O primeiro presidente do regime, marechal Castelo Branco foi um dos grandes expoentes da Escola.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborada pela ESG, pode ser analisada a partir de um pensamento sistematizado em textos cujo principal é o Manual da Escola Superior de Guerra, publicado em 1975 e reeditado com reformulações, periodicamente, até 2009, além de artigos publicados nas revistas *A Defesa Nacional* e *Revista da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg)*, e do pensamento sistematizado de alguns dos seus principais ideólogos como os generais Golbery do Couto e Silva e Moacir Araújo Lopes, integrantes da rede militar-civil que institucionalizou e disseminou a DSN através da realização de conferências, seminários, debates e cursos por todo o país.

Os manuais da ESG e suas publicações complementares, destinadas a alunos de seus cursos e da Adesg, são lugares de referência para a apreensão da DSN e fornecem elementos para pensar o lugar que as relações de gênero expressas através de normas de conduta, análises comportamentais e posicionamentos diante de transformações culturais, têm na elaboração e reelaboração do projeto de Segurança Nacional durante o regime civil-militar e de como estas preocupações foram sendo transformadas com o tempo, a partir de novas demandas e mudanças sociais.

As possíveis mobilizações de gênero, na forma que pretendemos analisá-las, poderiam ser realizadas a partir do estudo acurado e minucioso do que se conceitua na Doutrina como “estratégias psicossociais”, uma das expressões do poder nacional, ao lado das expressões política, econômica e militar. Geradoras de forte preocupação, naquele momento, estas expressões, de acordo com o Manual Básico da ESG :

(...) estudam o homem e a sociedade, com vistas a determinar suas características, peculiaridades e vulnerabilidades, para daí inferir o valor atual e futuro dessa expressão de poder.

As informações sobre o campo psicossocial do próprio país ganham realce, em nível estratégico, quando aspectos dessa expressão tomam o caráter de antagonismo ou pressão.

⁹ Ver: OLIVEIRA, Eliézer R.de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1976.

Todavia, nos dias de hoje, pela presença sempre atuante do Movimento Comunista Internacional – MCI, de natureza predominantemente psicológica, é, sem dúvida, no campo interno, a expressão do Poder que maiores preocupações inspira aos órgãos de informação de segurança.

Os fundamentos e fatores da expressão psicossocial devidamente analisados e interpretados ensejam o conhecimento da realidade social de um determinado país e proporcionarão subsídios para a tomada de decisões adequadas, especialmente no campo das relações diplomáticas, em tempos de paz, ou o emprego da arma psicológica, quando julgada conveniente, em particular nas situações de beligerância¹⁰

As bases do Poder Nacional dentro dessa expressão psicossocial seriam a população, o meio ambiente e as instituições sociais. Os valores que embasam os deveres a serem desenvolvidos em relação a esses três aspectos carregam forte sentido religioso, com conotação cristã. Encíclicas papais são citadas como formas de fortalecer argumentos. A presença de diretrizes para o que seriam hoje consideradas relações de gênero pode ser mais claramente perscrutada, no que tange ao papel desempenhado pelas instituições sociais, em seu caráter de ordenamento considerado pela Doutrina como imprescindível para a vida social, sendo esta passível de constantes estudos e busca por informações, tais como:

(...) Quais os grupos que estão adquirindo preeminência econômica e social? Quais são os desenvolvimentos dentro do elemento particular da população conhecida como força de trabalho? Que está acontecendo com a filiação às igrejas? Quem está entrando para os clubes e que espécie de clube é? Quem está fundando novas lojas, sociedades secretas e cooperativas? A esse respeito as informações devem conhecer um grande número de outras coisas acerca da sociedade, tais como alterações dos hábitos de vida, desenvolvimento de novas moradias, alterações na economia doméstica e diversões da família. Devem estar atentas às mudanças de gostos, maneiras e modas. (...)Devem conhecer as mudanças da atitude popular diante de um expurgo de indesejáveis, da nacionalização da propriedade privada, do partido do governo, do casamento civil, da instrução leiga, dos direitos das minorias, do serviço militar obrigatório, para citar apenas alguns dos pontos mais importantes.¹¹

O fortalecimento, estabilização e aperfeiçoamento de instituições sociais fortaleceriam o poder nacional de acordo com a Doutrina da Escola Superior de Guerra. A dinâmica familiar é considerada fator da expressão psicossocial, apesar de se reconhecerem mudanças que estariam ocorrendo nesta instituição:

¹⁰ BRASIL, Escola Superior de Guerra. *Manual Básico*. Rio de Janeiro, 1975, p.462.

¹¹ Idem, p. 464.

Na família, os compromissos éticos e morais de seus membros devem resultar de vínculos que se fortalecem no lar, órgão legítimo, onde virtudes, sentimentos e ideais encontram seu ambiente próprio. Na sociedade contemporânea, entretanto, efeitos perversos estão violentando a estrutura familiar em sua coesão e em seus legítimos desempenhos¹².

É importante salientar que o contexto histórico em que se realizam essas avaliações é de transformação das relações e identidades de gênero tradicionais numa ação marcada por embates e rupturas. O processo de modernização da sociedade brasileira, intensificado entre os anos de 1960 e 1980, trouxe consequências diretas para a família tradicional, desestabilizada nos vínculos entre seus integrantes e grupos de referência.

A entrada maciça de mulheres de classe média, no mercado de trabalho, a disseminação da pílula anticoncepcional, as influências de modelos de comportamentos vindos de fora e reforçados pelos meios de comunicação e pelos movimentos sociais de contestação, incluindo o feminismo, conflitos de gerações estabelecidos, a aprovação da Lei do Divórcio, em 1977, desestabilizaram as ideias correntes sobre feminilidade e masculinidade, possibilitando a revisão dos valores morais tradicionais e permitindo, aos sujeitos históricos, a construção de novas formas de sociabilidade e comportamento.

As mulheres e os jovens, especialmente, tornam-se alvo de preocupação expressa pela instituição apontada como laboratório de ideias do regime, embora seja possível perceber um tom ambíguo nas análises realizadas pelos textos que reconhecem avanços realizados por estes grupos sociais.

(...) a mulher evoluiu bastante, no campo das atividades profissionais, especialmente em setores de atividades que, tradicionalmente, eram reservados ao sexo masculino.

Quanto à coesão da família, o trabalho da mulher fora do lar contribuiu para enfraquecê-la. Quer realize os trabalhos domésticos, quer trabalhe fora, a mulher costuma sair e ter muita presença nos empreendimentos comunitários. Por outro lado, tem progredido a divisão equitativa dos afazeres domésticos, o que estimula o companheirismo.

A participação dos jovens na força de trabalho remunerado, que lhes facilita prematura emancipação financeira e a possibilidade de se afastarem cedo do lar paterno, encurta o convívio familiar e facilita, não raras vezes, efêmeras ligações, nas quais as ligações afetivas são totalmente desprovidas de qualquer compromisso ético e moral. Por via de consequência, podem-se enfraquecer, sub-repticiamente, os laços familiares e a influência educativa dos pais, com graves consequências sobre o equilíbrio emocional dos filhos, que irão crescendo com possíveis desajustamentos e conflitos.¹³

¹² BRASIL, Escola Superior de Guerra. *Complementos da Doutrina*. Rio de Janeiro, 1981, p.54.

¹³ Idem, p.54.

Formas de mobilização

Para preparar a mobilização, de acordo com o Manual Básico da Escola Superior de Guerra, seria necessário conhecer traços e padrões culturais, a fim de que através da comunicação social se conseguisse de maneira eficaz desencadear mensagens que “conscientizassem” sobre a importância das necessidades da nação. A comunicação social é vista como responsável, em grande medida, por processos como “interação social, formação da opinião pública, do Moral Nacional e pela valorização do ócio e do lazer”¹⁴.

Importante salientar que a preocupação e entendimento do lugar de importância assumido pelos meios de comunicação social passa a ser preocupação do regime, através da constituição de condições de infraestrutura que permitiram a disseminação de uma indústria cultural – é nos anos 1960 que a TV se consolida como veículo de massa, o cinema se estrutura como indústria nos anos 1970, além das indústrias do disco, editorial e publicidade, etc - e do controle sobre os conteúdos e formas de expressão por meio da constituição de um importante aparato de censura ligado ao Ministério da Justiça, intensificado com a promulgação da Constituição de 1967 que expandiu a competência da União para censurar além de filmes e peças teatrais, também programas de rádio e TV, imprensa periódica e letras de música. À Divisão de Censura de Diversões Públicas, do Ministério da Justiça, coube o papel de estabelecer as condições de apreciação, liberação e veto de obras artísticas, tarefa exercida durante os 21 anos de ditadura, embora este trabalho tenha superado o ano de 1985.

A preocupação com o que veiculavam os meios de comunicação vai ao encontro de outras instituições como a Igreja Católica, valorizada em sua tarefa de recuperar valores numa sociedade em crise. O papado publicizou suas posições e diretrizes sobre o bom uso da cinematografia, rádio e televisão, instruindo, em meados dos anos 1960, expectadores, produtores, autores, pais, pastores e autoridades a defenderem as leis morais na produção artística e de informação via meios de comunicação.

Finalmente, este poder público que legitimamente trabalha para o bem dos cidadãos, tem o dever de procurar justa e zelosamente, mediante a oportuna promulgação e diligente execução das leis, que não se cause dano aos costumes e ao progresso da sociedade através do mau uso destes meios de comunicação. Essa cuidadosa vigilância, de modo algum restringe a liberdade individual e social, sobretudo se faltam as devidas precauções por parte daqueles que por motivo de seu ofício manejam tais instrumentos.

Tenham-se um especial cuidado na defesa dos jovens contra a imprensa e os espetáculos que possam ser nocivos à sua idade.¹⁵

¹⁴ BRASIL, Escola Superior de Guerra. *Doutrina Básica*. Rio de Janeiro, 1979, p.152-153.

¹⁵ INTER MIRIFICA. São Paulo, 1965, Editora Vozes, p.11-12. No encerramento da segunda sessão do Concílio Vaticano II, em 04 de dezembro de 1963, a Igreja Católica através do Papa Paulo VI aprovou Decreto *Inter Mirifica* sobre os Meios de Comunicação Social: imprensa, Cinema, Rádio, televisão e demais. Já em 1957, o Papa Pio XII havia lançado a Carta Encíclica *Miranda Prorsus*, sobre cinematografia, rádio e televisão.

Em regime de colaboração

Em consonância com as preocupações reveladas de forma concreta pelo regime militar setores da sociedade brasileira manifestaram seu desejo de colaborar com o esforço dos diversos governos militares, cobrando a efetivação da censura moral aos meios de comunicação estabelecida por meio da constituição e de decretos leis que a regulamentaram. As cartas, em geral, demonstravam apoio, aprovação e relatavam episódios envolvendo meios de comunicação das mais diferentes matizes como a auxiliar um serviço ainda em formação.

Questionava-se o material jornalístico, por exemplo, não pelo posicionamento político tradicional ou por críticas ao regime, motivos que vetaram matérias e até edições inteiras de jornais e revistas da grande imprensa ou da imprensa alternativa no período, mas pela abordagem de determinados temas relativos ao comportamento e às transformações deste, especialmente no caso de ideias ligadas ao fim do casamento, crise na família, conflitos de gerações e à emancipação feminina. A simples menção a estes assuntos poderia ser motivo de pedidos de intervenção ou veto por parte dos misivistas como se pode observar na leitura sistemática das cartas.

As manifestações em relação a esses temas tanto se davam de forma individual como coletiva como é o caso do abaixo-assinado enviado em 25 de fevereiro de 1971, por comunidade católica do município de Jaú, em São Paulo, endossado por 107 pessoas, ao presidente da República, Emílio Garrastazu Médici. A correspondência foi reencaminhada em abril de 1971, à DCDP, pelo Ministério da Justiça, a quem se pediam providências no sentido de advertir o órgão de comunicação, no caso a revista *Manchete* por conteúdo de matéria publicada:

Os peticionários, todos cristãos casados, exemplares chefes de família, no intuito de colaborar com Vossa Excelência para que a ordem e o progresso sempre reinem em nossa pátria solicitam se digne Vossa Excelência determinar que se proceda uma advertência à revista MANCHETE, por intermédio da autoridade competente, por ter dita empresa publicado o artigo especial na edição n. 981, de 6-2-71, intitulado “A GRANDE CRISE DA FAMÍLIA”, não contando outro artigo não menos subversivo da moral pública “A VIDA SEXUAL DAS SOLTEIRONAS”, cuja personagem seduziu 17 homens, para subir na vida. O primeiro texto é precedido de uma enorme gravura, onde se vê, às fls. 68, uma família, constituída da mulher, marido e duas crianças completamente nus.

Dita revista prega contra o recato feminino, que a mulher deve se revoltar por ter sido criada com tanta severidade, enquanto os rapazes gozam de amplas liberdades, que o amor livre é o caminho para solucionar milhares de problemas que afligem a família; que deve-se dar vez à mulher; eliminando privilégios, em busca de direitos iguais para ambos os sexos, e que a mulher não é objeto exclusivo do marido; que a velha instituição já é obsoleta diante da nova realidade social. Conclui o articulista que a justiça e os direitos iguais resolverão os problemas “na sua opinião”.

Não concordamos e achamos que o referido periódico atenta contra a moral e os bons costumes (art. 2. da Lei 5.250, do 9-2-1967).¹⁶

A lei citada pelo abaixo-assinado é a que regula a liberdade de manifestação de pensamento e de informação sancionada pelo presidente Costa e Silva. Em seu texto afirma a liberdade de manifestação de pensamento e a procura, o recebimento e a manifestação de informações ou ideias, por qualquer meio, salvo para espetáculos e diversões públicas, sujeitos à censura, como explicitado no parágrafo segundo do Art. 1º desta Lei¹⁷. Este mesmo artigo também estabelecia a censura a jornais, periódicos e meios de radiodifusão em situações de estado de sítio. Já o Art. 2, citado especificamente no documento, afirma como livre a publicação e circulação no território nacional de livros, jornais, periódicos, salvo os clandestinos ou quando atentassem contra a moral e os bons costumes. O conhecimento e utilização das leis por parte dos denunciantes à censura, aliás, é uma constante. Argumentavam colaboração para a efetivação das mesmas.

Reclamações sobre a abordagem de temas relativos à emancipação feminina podem ser vistos com frequência nas cartas escritas à censura durante os anos 1970, embora de acordo com Fico¹⁸, as mulheres não fossem as principais missivistas, ocupando estas o terceiro lugar em número de remetentes. Os homens ocupariam o primeiro e as entidades diversas como associações cívicas, clubes e as próprias empresas atingidas pela censura, o segundo lugar.

As cartas revelam o incômodo com as discussões inseridas no debate público pelo movimento feminista brasileiro ainda em fase de organização, naquele momento, e tendem a se intensificar com a manifestação na imprensa ou nas produções culturais de posições a favor do divórcio. Este tema entrou na pauta de maneira intensa desde a segunda metade dos anos 1960, em debates na imprensa e no Congresso Nacional. Até a aprovação da Lei do Divórcio, em junho de 1977, só existia o desquite como saída para os casamentos sem sucesso no país.

A situação de desquitados e desquitadas era tema constante de enquetes e artigos e tornou-se bandeira do movimento feminista na segunda metade dos anos 1970, alimentando escritos como os da jornalista Carmen da Silva, ícone da modernização dos costumes, na revista *Claudia*, que chamava a atenção para o maior impacto para a vida das mulheres pela ausência da Lei, uma vez que estas tornavam-se alvos de preconceito por sua decisão de finalizarem com o casamento, ainda visto como principal

¹⁶ Abaixo-assinado, encaminhada à DCDP, de 26 de abril de 1971, Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil”, Caixa1.

¹⁷ Em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15250.htm

¹⁸ FICO, Carlos. Op. Cit, p.15.

forma de realização das mulheres, e ficavam, assim como os homens, impossibilitadas legalmente de realizarem nova união se assim o desejassem¹⁹.

Contra as bandeiras do movimento feminista, os denunciantes utilizavam argumentos religiosos como forma de defender a manutenção dos costumes, o que incluía a indissolubilidade do casamento em defesa da família.

O vínculo indissolúvel no casamento é criação divina, foi a manifestação da vontade infalível de Deus e não criação da milenar ditadura clerical ou do imperialismo católico, como apregoam maldosamente os inimigos da Igreja.

As leis divinas contidas na santa Bíblia são eternas, infalíveis, irrevogáveis, que não aceitam emendas dos homens.

Existe de fato muitas famílias em crise e que estão tentando derrubar o casamento indissolúvel, que nos garante o art. 167 da nossa respeitável Constituição, mas a maioria das famílias brasileiras, fundadas no amor e nas bênçãos de Deus, criador da 1ª família no gênesis, estão alertas para que isso não aconteça.

Solucionar o problema da minoria em detrimento da maioria não significa fazer justiça ou resolver problemas.

Diz ainda o articulista que as mulheres aceitam passivamente a sua coisificação. Há as que se julgam pura e simplesmente objetos do marido, por uma superioridade masculina que lhes foi imposta desde o berço.

Estão conformadas, nem sempre satisfeitas.

Esta é realmente a filosofia da minoria de nossos pobres irmãos que vivem como irracionais.

Desconhecem a dignidade da família, tão desejada por Deus, que deseja ver marido e mulher como uma só carne, numa unidade de amor, de mútua doação (Mt 19,6).

Os filhos, criados numa comunidade de amor puro, retribuirão, com efeito, de alma agradecida, os benefícios recebidos e assistirão com piedade e confiança seus pais nas adversidades e na solidão da velhice. Seja honrada por todos a viuvez, assumida com fortaleza de ânimo em continuação da vocação conjugal (Gaudium et Spes)²⁰

A primeira vista pode-se pensar num tipo de argumentação fora de propósito ou anacrônica uma vez que responde a anseios políticos que percorriam vários países ocidentais, naquele momento, com ideias de textos considerados sagrados. Mas o que ocorre, nesse caso, é que a missiva assinada coletivamente compartilha com os governos militares de ideias que ajudam a sustentar o projeto de um regime forte e que combate o inimigo, interna e externamente, necessitando do apoio e da união dos patriotas.

¹⁹ Ver DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Carmen da Silva: o feminismo na imprensa brasileira*. Fortaleza: Expressão Gráfica/Nudoc, 2005.

²⁰ Abaixo-assinado, encaminhada à DCDP, de 26 de abril de 1971, Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil”, Caixa 1.

Foi a partir do mesmo argumento- de que a fé professada pela maior parte dos brasileiros era a cristã - que ideólogos da Escola Superior de Guerra, mais tarde na direção da Comissão Nacional de Moral e Civismo²¹, resolveram instituir, em 1969, a disciplina de Educação, Moral e Cívica nos ensino primário, secundário e superior e passaram a interferir sobre políticas públicas de outros órgãos governamentais, incluindo as ações na área de cultura.

Como motivadores da criação da Comissão e da disciplina estavam a degradação de valores que seriam caros à Moral Nacional, a ameaça à estabilidade das instituições como família e igreja, assim como a necessidade de combater o crescimento do pensamento “marxista” no âmbito da educação.

Utilizar esse tipo de argumentação, portanto, em pedido feito ao presidente da República, mostra uma forma de contribuição situada entre a crença e o jogo político que os missivistas bem souberam aproveitar ao rimar pátria com família e moral com religião, como fica explicitado no apelo final ao general-presidente:

Senhor presidente, sabe Vossa Excelência, que a família representa, sem contestação, o núcleo fundamental, a base mais sólida em que repousa toda a organização social.

Efetivamente, onde e quando a família se mostrou forte, aí floresceu o Estado; onde e quando se revelou frágil, aí começou a decadência geral.

A parcela mais ponderável de sua estruturação recebe da moral e da religião as normas que lhe regulam a constituição, bem como as relações entre seus membros.

O amor conjugal, a piedade filial, a solidariedade familiar, numa palavra, todas as virtudes domésticas, mais que no direito, vão buscar na moral e nos sentimentos religiosos a seiva que os anima e vivifica²².

As preocupações dos colaboradores em suas cartas direcionavam-se, ainda, como mencionado anteriormente, ao poder de influência dos meios de comunicação sobre a formação de jovens, suscetíveis de serem corrompidos, de rejeitarem valores

²¹ Eram atribuições desse órgão, ligado ao Conselho de Segurança Nacional, não somente a definição curricular e aprovação de livros didáticos para a disciplina de Educação, Moral e Cívica, também criada em 1969, mas cabia a ela um trabalho mais amplo de articulação com autoridades civis e militares de todos os níveis de governo para implementação e manutenção da doutrina de Educação, Moral e Cívica; colaborar com as organizações sindicais de todos os graus para o desenvolvimento e intensificação de suas atividades relacionadas com a Educação, Moral e Cívica; influenciar e convocar à cooperação para servir aos objetivos da Educação, Moral e Cívica, as instituições e órgãos formadores da opinião pública e de difusão cultural, incluindo jornais, revistas, teatros, cinemas, estações de rádio e TV, entidades esportivas e de recreação, entidades de classe e órgãos profissionais e empresas gráficas e de publicidade, além de manter vinculações com os órgãos governamentais encarregados de ações repressivas ao que seriam “fatores negativos para a boa formação moral e cívica”. Ver CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n. 3/69, C.E.P.M, aprovado em 04 de fevereiro-1969 (Proc.1701/68-CFE), p.19.

²² Abaixo-assinado, encaminhada à DCDP, de 26 de abril de 1971, Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil”, Caixa 1.

considerados caros à manutenção dos modelos de família e sociedade em consonância com o pensamento cristão e do próprio regime.

Naquele período, discussões frequentes sobre as ameaças à juventude, o problema do choque de gerações, as formas “modernas” de educar e se relacionar com os filhos, o respeito à sua liberdade, tomavam as páginas de revistas, periódicos, programas de TV, onde médicos, pedagogos e psicólogos revezavam-se na tentativa de dar explicações ou ajudar os pais a melhor situarem-se em meio a conflitos e dúvidas²³. Vê-se que a religião e a tradição familiar já não eram os únicos referenciais possíveis para as famílias, o que tampouco significa que foram ideias prontamente absorvidas por pais e educadores. Na verdade, instaurava-se um conflito, nesse campo, entre tradição e modernidade, potencializado pelas convicções dos idealizadores e condutores do regime ou parte deles.

Entre estes preocupava a emergência e sucesso de alguns pensadores considerados “falsos líderes” que estariam orientando a juventude e influenciando sua “perversão” no campo da política e da moral. Este é o caso do general Moacir Araújo Lopes²⁴, professor da Escola Superior de Guerra, primeiro presidente da Comissão Nacional de Moral e Civismo e ferrenho combatente da presença e divulgação das ideias do filósofo alemão, Herbert Marcuse, autor de *Eros e Civilização* (1955) e *Ideologia da Sociedade Industrial* (1964), livros bastante lidos e comentados no Brasil nos anos de 1960 e 1970. A articulação entre a luta política e a liberdade sexual, propagadas por Marcuse, eram os principais eixos das críticas e condenações.

As transformações, principalmente as protagonizadas pela juventude, são afirmadas nestes escritos como ameaça a modelos tradicionais. As preocupações manifestadas pela Igreja, Governo, referem-se a um momento em que a juventude emerge como força renovadora e transformadora em vários campos.

Na esfera política eram os jovens que protagonizavam a resistência à ditadura militar, com seu inconformismo e rebeldia, arriscando-se na militância em organizações clandestinas, nas passeatas do movimento estudantil e até mesmo na luta armada. Eram os jovens os principais responsáveis pela renovação criativa, no campo cultural dentro e fora do circuito universitário, através da MPB, do teatro, cinema e artes plásticas.

No campo do comportamento, os jovens universitários de classe média, já nos anos 1960, constituíram-se em vanguarda crítica aos costumes da sociedade conservadora, hierárquica, acelerando o processo de fragmentação. Os movimentos protagonizados por estudantes de todo o mundo, no ano de 1968, amplificaram esse papel. Embora os anos 1970, no Brasil, tenham começado sob forte repressão às formas de expressão dessa mesma juventude, o afrouxamento das regras de comportamento, com

²³ Ver DUARTE, Ana Rita Fonteles. Op. Cit.

²⁴ Suas ideias contra o pensamento de Herbert Marcuse inclusive como fundamentação para a institucionalização da disciplina de Educação Moral e Cívica são sistematizadas no livro *Moral e Civismo* publicado em 1971 pela Companhia Editora Nacional.

relação à sexualidade, namoro, casamento, já estava em marcha. A contracultura alimentaria o comportamento hedonista, com o incentivo ao “mergulho no mundo interno” individual, em contraposição aos valores coletivistas do plano político. A liberdade de escolha individual e a busca da felicidade e satisfação se afirmavam como valores que se transformavam em ameaças à Segurança Nacional nos discursos produzidos pelo regime e produziam preocupação também entre pessoas comuns apoiadoras dos militares.

O medo e o desejo de colaborar com o governo ditatorial foram, a que tudo indica, as principais motivações para que a dona de casa Carolina Lins, moradora de Santos (SP), escrevesse à DCDP em agosto de 1971, pedindo a proibição de um filme e criticando novelas. Seus temores amalgamam algumas das principais motivações das missivas enviadas ao serviço de censura, quais sejam a preocupação acerca do poder de influência dos meios de comunicação sobre os jovens, expostos a programas que podiam estimular agressividade, rebeldia e o contato com narrativas em que as relações familiares estivessem desgastadas ou não correspondessem aos modelos idealizados pelos discursos em prol da moral e dos bons costumes para mulheres e também para homens:

Venho acompanhando o grande interesse dispensado pelo atual governo à formação de nossa infância e juventude e como mãe de família eu desejaria sugerir a esse digno Departamento, a proibição de um filme que vem sendo exibido há muitos e muitos anos na TV Record canal 7 em São Paulo que tem por nome “Combate” o qual tem por base mostrar a perversidade do povo alemão e a necessidade de massacrá-los. As crianças cresceram assistindo esse filme e isso pode ter deturpado a mente de pelo menos uma geração que aliás deviam ser proibidos todos os filmes de banditismo que podem também ter muita influência na conduta dos jovens.

Existe um filme “Julia” que podia servir de roteiro para todas as estações de TV porque agrada os jovens e os velhos tratando conflitos de vida familiar com soluções altamente construtivas e elevadas no campo social, moral e cívico.

(...) Deviam também fazer um estudo sobre a série de novelas que, pelo que parece, ficam a cargo de gente da pior espécie. Pelo jeito ainda não se encontrou uma pessoa respeitável e decente para conduzir o “script”.

Na novela “Algemas de Ouro”, por exemplo, uma mulher muito séria e honesta (mãe de 5 ou 6 filhos), desaparece de casa porque perdeu a memória.

Volta tempos depois toda pintada, fumando muito, toda decotada com a saia curta muita agarrada e a bolsa cheia de dinheiro.

O marido, um professor de rígidos princípios, abandona a casa porque “supõe” que ela tenha vivido nos prostíbulos, mas depois se esclarece que ela estivera cuidando de crianças na mansão dos barões, etc, etc.

Numa outra novela Agnaldo Rayol como médico, bonito que conquista a noiva do irmão e também a irmã dela com longos beijos e abraços compromete também a filha do vendeiro e mais a mocinha que anda sozinha pelo mundo longe da família, mas finalmente resol-

ve voltar à sua rica mansão junto de sua mãe para se embebedar em champanhe e vida noturna até morrer tuberculosa, além de muitos outros disparates e todas as novelas tratam de filhos bastardos, adultérios, crimes e traições.

Esse tipo de coisa não traz nenhum proveito artístico, nem cultural e já é tempo de se traçar um plano de renovação que não será difícil, pois depende apenas de colocar uma pessoa certa no lugar certo e nada mais. Bastaria apenas indicar ou nomear uma para cada estação²⁵.

A carta de Carolina, além da denúncia, como se pode perceber, também pede providências e faz sugestões sobre a forma de atuação da DCDP, algo comum a várias cartas, e que se pode compreender se pensarmos que a censura a periódicos, livros, músicas, filmes e outras produções audiovisuais tinha sido regulamentada a pouco tempo ou ainda utilizava instrumentos datados de 1946, quando o serviço foi criado, mas ainda nem existia a TV, alvo de grande parte das reclamações dos remetentes.

As atualizações no âmbito da legislação não aconteciam na velocidade esperada pela Divisão e ainda havia embates entre a DCDP e a Justiça, Conselho Superior de Censura, instância de recurso, e o próprio Ministério da Justiça. As diferentes instâncias e autoridades envolvidas na liberação ou veto às produções culturais podiam divergir em seus pareceres e provocar uma situação confusa para algumas pessoas que escreviam na tentativa de colaborar, situar-se em meio às divergências e pedir mais rigor nos cortes e proibições, buscando uma padronização censória que nunca seria alcançada.

A carta de Adir Gabrilo Carly, curitibano, enviada ao ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, em setembro de 1972, faz diagnósticos para as falhas e aponta sugestões para aprimorar o serviço censório:

Permito-me sugerir a Vossa Excelência que os membros da Censura sejam substituídos de tempos em tempos, visto que de tanto lidar com imoralidades, seus corações vão aos poucos se empernindo (sic), e o que para outra pessoa mais afastada seria imoral, para eles é coisa normal, face a lida diária.²⁶

A impossibilidade de oferecer respostas precisas ou providências imediatas para tantas reclamações gerava novas missivas onde os remetentes reclamavam não estarem sendo ouvidos, o que por sua vez não invalidava a tarefa de colaboração na vigilância aos ataques que estariam sendo perpetrados contra a moral. A exibição do corpo feminino ou de mulheres solteiras grávidas, na TV, motivou H. F. Sardinha a

²⁵ Carta encaminhada à DCDP, de 23 de agosto de 1971, Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil”, Caixa 1.

²⁶ Carta, encaminhada à DCDP, de 07 de novembro de 1972, Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil”, Caixa 1.

reescrever ao ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, em agosto de 1971, denunciando a situação de programas de auditório:

Não sei se chegou ao conhecimento de V, Excia., mas se não chegou faço questão de denunciar a que ponto chega a falta de decoro de um apresentador, o Sr. “Chacrinha” que já foi punido uma vez, mas que parece não ter sido o suficiente, teve a petulância, o desprazo, a desavergonhada coragem de apresentar domingo último, dia 1º, no palco, à guisa de concurso de “mais belo short”, moçoilas semi-nuas com os seios quase à mostra, num verdadeiro ato atentatório ao pudor. E como eles, outros têm procedido com igual aberração; e por incrível que pareça até mesmo o senhor Flávio Cavalcanti. Este que sempre prismou pela decência em seus programas, passou a apelar para esse processo abominável, como: desfilas artistas que fizeram filmes, nuas e terem de contar como se sentiram, nuas. Mulher gestante, sem marido, numa deliberada ofensa à maternidade é levada a contar sem nenhuma discrição ou constrangimento a sua aventura para todo o mundo ouvir; esta mesma mulher tem ainda a impudícia (sic) de apresentar em outro canal, ostentando em pleno palco o seu estado, como que o sucedido fosse causa muito natural, onde recebe numa patente afronta à decência, a faixa de “a grávida do ano”. Dando assim um triste mal exemplo para muitas jovens de família²⁷.

Não era raro que junto às denúncias acerca de filmes, novelas e periódicos fossem encaminhadas à DCDP ou ao Ministro da Justiça apreciações acerca de outros componentes que contribuiriam para a “degradação” da moral e dos bons costumes. Novas concepções no campo da educação, a maior convivência nos espaços públicos entre homens e mulheres, a maior presença das mulheres em escolas, universidades, no mercado de trabalho, o embaralhamento de papéis entre os sexos eram apontados como desestabilizadores da família tradicional e até mesmo como motivadoras de crimes como expõe Usana Buranelli Minetto, moradora de Lençóis Paulista (SP) em carta enviada ao Ministério da Justiça em setembro de 1974:

Em consideração ao interesse de V. Exa. em descobrir as causas que levam os indivíduos ao crime, tomo a liberdade de dar a minha opinião sobre duas que há muito venho observando-as:

1ª. Educação Unisexual – a educação igual para os dois sexos, dada em escolas, em classes mistas, levam os indivíduos ao homossexualismo e este aos crimes.

O ideal seria uma educação especial para cada sexo, respeitando as suas características. É comum, sentirmos o cheiro de cigarros numa menina e o cheiro acentuado de perfume nos meninos. Os meninos e meninas vivendo permanentemente juntos, sentir-se-ão, dificuldades para a sua própria identificação.

A educação deveria ser de “rendinhas”, somente para as meninas e de “botinas”, para os meninos, respeitando assim seu sexo.

²⁷ Caixa, encaminhada à DCDP, de 23 de agosto de 1971, Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil”, Caixa 1.

“Se o desejo de guerra nasce na mente, é na mente que devemos combatê-lo, através da educação das crianças”. Essa educação, portanto, deve ser sadia e especial, salada devemos fazer com frutas e legumes e nunca com crianças²⁸.

A resistência às transformações no campo do gênero e do comportamento nos anos 1970, no Brasil, era um dado possível de ser lido, ouvido, exibido em produções culturais, meios de comunicação diversos, livros didáticos, práticas escolares, discursos governamentais. Por que então pensar que as cartas enviadas por pessoas comuns a Divisão de Censura de Diversões Públicas, do Ministério da Justiça, beirariam o desvario ou exagero grotesco?

Sérvulo Figueira²⁹ nos chama a atenção para pensar o processo de transformação dos costumes no Brasil, dos anos 1960 e 1970, como de modernização conservadora, onde novos símbolos de comportamentos avançados conviviam com práticas conservadoras no campo dos relacionamentos, sexo, casamento, decoro. Importante chamar a atenção ainda para as vivências diferenciadas entre espaços urbano e rural, pequenas e grandes cidades, regiões específicas onde normas mais tradicionais ainda persistiam e ditavam as regras sobre como portar-se no campo do gênero.

Nesse sentido, a ideia de retomar espaços separados para homens e mulheres, presente, na carta acima analisada, coaduna com os discursos em que se faz presente a metáfora das “esferas separadas” para homens e mulheres, amplamente utilizados nos anos 1960 e 1970, tanto para combater os ideais feministas que incentivavam o trabalho fora de casa como pelo próprio movimento de mulheres para demonstrar e combater a exclusão da participação e cidadania.

Não há como dizer o quão representativo de setores da sociedade brasileira são as cartas enviadas à DCDP, mas há claros elementos para pensar o lugar da moral e do gênero na estruturação das políticas do regime, além da recepção e apropriação em torno da Doutrina de Segurança Nacional por parte destes remetentes específicos, principalmente se realizarmos um trabalho de entrecruzar suas missivas com manuais doutrinários utilizados pela ditadura, como na perspectiva adotada neste artigo, projetos de lei, pareceres, processos censórios, materiais didáticos advindos ou compostos sob pressões ou anuências dessa Doutrina. Esta metodologia pode mostrar as formas pelas quais modelos de conduta referendados pela ditadura militar foram apropriados pelas pessoas, ajudando os historiadores a examinar, como recomenda Scott³⁰, as formas pelas quais as identidades generificadas são construídas, relacionando esses resul-

²⁸ Carta, encaminhada à DCDP, de 07 de novembro de 1974, Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil”, Caixa 1.

²⁹ FIGUEIRA, Sérvulo A. (org) *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

³⁰ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Trad. Christine Rufino Dabat, Recife, 1991, (mimeo).

tados com uma série de atividades, organizações, instituições e representações sociais historicamente específicas.

*Artigo recebido em 20 de janeiro de 2014.
Aprovado em 31 de março de 2014.*